

PARECER CONJUNTO
COMISSÃO DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 3/2020

Altera a Lei Complementar nº 2.058/1995 (Código Tributário Municipal), para dispor sobre a localização de dois ou mais contribuintes com CNPJs distintos no mesmo endereço.

As Comissões de Finanças, Legislação e Justiça, de Serviços Públicos Municipais e de Orçamento e Tomada de Contas, reunidas para apreciar o Projeto de Lei epigrafado, são de parecer que este é constitucional, atende ao interesse público e está em conformidade com as normas orçamentárias vigentes, devendo, portanto, ser discutido e votado pelo plenário.

Contudo, as Comissões sugerem emenda modificativa na ementa para correção de erro material e a inclusão de § 6º ao art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 2.058/1995 para definir a forma de cobrança das taxas, nos seguintes termos:

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 2.058/1995 (Código Tributário Municipal), para dispor sobre a localização de dois ou mais contribuintes com inscrições distintas no mesmo endereço.

Art. 1º O artigo 100 da Lei Complementar nº 2.058, de 15.12.1995, passa a vigorar com alteração de seu § 3º e inclusão de §§ 4º, 5º e 6º, com a seguinte redação:

“Art. 100.....

.....

§ 6º Nas hipóteses de uso de mesmo espaço físico previstas nos § 3º e 4º deste artigo, as taxas decorrentes do poder de polícia que tenham por base de cálculo a área potencialmente utilizada serão calculadas de forma proporcional ao número de contribuintes sediados no mesmo endereço, considerando as respectivas frações das áreas de uso comum e a integralidade das áreas de uso exclusivo, se for o caso.

A regra de cobrança das taxas de poder de polícia com base na área potencialmente utilizada é o parâmetro já aplicado pelo Município quanto aos outros tributos quando há condomínio, sendo os valores devidos divididos de forma proporcional entre os contribuintes.

A divisão proporcional, além de não causar inovação tributária, mostra-se mais justa, passando cada contribuinte a responder de acordo com a fração de área utilizada.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2020.

Raimunda da C. Gomes Carlos Alberto M. da Silva Francisco P. da Rocha Neto
CFLJ

Hermano Luís dos Santos Leonardo Nascimento Moreira José G. Osório Filho
CSPM

Antônio Carlos P. de Sousa Juscelino da Silva Machado Sérgio A. de Moura
COTC